

Editorial

Práticas inclusivas e processos pedagógicos emancipatórios

Tenho afirmado que as práticas autenticamente pedagógicas carregam em sua concepção os princípios que pautam os processos inclusivos. Tais processos caminham além do mero acolhimento, assegurando que numa sociedade de relações contraditórias, excludentes, desiguais, opressivas, a Pedagogia há que se fazer emancipatória e crítica, na continua busca de mais humanidade nos homens, o que se fará por meio da transformação das condições que produzem exclusão/opressão.

Sabe-se que as práticas docentes reverberam as concepções de pedagogia que as sustentam. Assim, o que afirmo acima só fará sentido na perspectiva de uma pedagogia crítica que considera, entre outros pressupostos, que a finalidade da educação é formar sujeitos conscientes de seu lugar no mundo; sujeitos que, no processo educativo, aprendam a dar nome e sentido ao mundo; e não sujeitos despersonalizados e objetos à mercê de processos tecnicistas que apenas desfiguram as possibilidades de uma pedagogia crítica e transformadora.

Considero que uma educação transformadora é aquela que se opõe à perspectiva meramente mercadológica e que coloca em prática valores humanistas e democráticos, com vista à formação de uma sociedade de sujeitos.

Reitero o sentido de Pedagogia como prática social, que pode oferecer uma direção de sentido às práticas que ocorrem na sociedade, evidenciando seu caráter eminentemente político. Ela impõe/propõe/indica intencionalidade politico-pedagógica. Nessa perspectiva, processos vinculados a mídias como TV, redes sociais *on-line*, *internet*, e agora o ChatGPT e a inteligência artificial passam a ter neste atual momento do século grande influência educacional sobre as novas

gerações, competindo com as escolas, que ficam em desigualdade de condições. A escola e suas práticas pedagógicas têm tido ainda, dificuldades em mediar e potencializar as tecnologias da informação e comunicação. O *que/como* pode a Pedagogia mediar tais influências? Como transformá-las em processos pedagógicos numa perspectiva emancipadora? Como trazer à reflexão dos educadores essa multiplicidade de influências providas das tecnologias e mídias sociais, e trabalhar pedagogicamente a partir delas?

Buscando encontrar contrapontos a estas questões, tendo sempre como direção de sentido a busca de práticas emancipatórias, é que este **Número 39** da revista eletrônica **Pesquisaeduca** pretende abordar.

Num primeiro artigo cujo título é **Inclusão e diversidade: princípios para práticas pedagógicas emancipatórias nas perspectivas de Paulo Freire e bell hooks**, a autora Lisley Cristina Gomes da Silva analisa alguns princípios inerentes às práticas pedagógicas, na perspectiva de uma educação voltada para a humanização, tendo como aportes teóricos Paulo Freire e bell hooks. A autora considera que refletir sobre práticas pedagógicas inclusivas significa, primeiramente, pensar em uma educação acessível a todos, independentemente de gênero, etnia, necessidades especiais, deficiências e/ou superdotação. Uma educação para todos inclui a diversidade inerente à sociedade, portanto, entende-se que inclusão e diversidade se correlacionam dialeticamente, e constroem, na trama das vivências decorrentes, a própria existência.

O artigo **Construção coletiva de práticas docentes emancipatórias em Tecnologia Educacional**, de Valmir Jhonatta Barbosa e Maria Amélia Franco, analisa a utilização das tecnologias educacionais industrializadas, como artefatos que restringem a autonomia dos professores e negligenciam os sujeitos da escola. Discute também como essas tecnologias contribuem para a colonização da prática educativa. O artigo fundamenta-se em pesquisa realizada em escolas municipais da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro e pauta-se na Teoria Crítica da tecnologia proposta por Feenberg, utilizando autores da Pedagogia Crítica como Franco, Apple e Giroux para fundamentar a prática vivida. Os autores consideram que, em contraponto ao contexto neoliberal, é possível a construção coletiva de práticas docentes, que se tornam contra hegemônicas e que podem produzir movimentos coletivos de resistência à prática acrítica e aplicacionista que tem caracterizado muitos processos escolares.

Continuando os artigos voltados à tecnologia, temos **Inteligencia Artificial e Innovación Educativa: retos jurídicos y emprendimiento docente**, de

Maria Pilar Dopazo, da Universidad Complutense de Madrid (UCM, España), no qual a autora analisa e reflete sobre as principais implicações do emprego da Inteligência Artificial (IA), quer na prática escolar como na prática jurídica. Dopazo considera que a I.A supõe um grande passo à frente do que já vivemos na era digital e, assim, educadores precisam colocar a questão em discussão para prevenir seus riscos. Ante esse fenômeno, a autora propõe um enfoque proativo, atuando via inovação jurídica e educativa.

O artigo **Cultura Digital e Educação Engajada: Diálogos com a Práxis Educativa em Tempos de Pandemia**, das autoras Rosa Rigo e Luciane Cuervo, retratam experiências educativas e formativas vivenciadas no período da pandemia de Covid-19, cujo objetivo foi o de oferecer a professores de escolas públicas atuantes em diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul um arcabouço teórico-metodológico-tecnológico para atuar remotamente. Essa prática formativa buscou expor, investigar e qualificar recursos tecnológicos, seus usos e funções, pensando criticamente na sua implementação junto a professores com perfis diversos, sendo alguns com pouca familiaridade tecnológica. Metodologicamente, a experiência se deu mediante a exploração de diferentes ambientes virtuais de ensino e de aprendizagem e seus recursos inerentes, adaptáveis a públicos escolares de diferentes faixas etárias e esferas de ensino, visando aproximar-se do cotidiano das experiências vividas pelos próprios sujeitos. Ancorando-se na experimentação, reflexão crítica e na troca de vivências e práticas educativas mediadas via tecnologias digitais, as ações em si também foram um metaestudo da cultura digital e seu ensino junto aos adultos participantes.

Continuando com as perspectivas abertas pela tecnologia, temos a pesquisa: **Teletrabalho na Educação Infantil: (re)pensando potências e desafios no período de pandemia da Covid-19**. O trabalho busca compreender os desafios e as possibilidades do teletrabalho com crianças. Foi um estudo de caso que agregou 30 mulheres vinculadas à Secretaria de Educação de um município no sul de Minas Gerais para atuarem como tele-educadoras. As educadoras não estavam preparadas para essa atuação. No entanto, como trabalharam coletivamente foi possível perceber que elas conseguiram ressignificar o trabalho e transcender muitas dificuldades iniciais. A autora percebe indícios de que as vivências coletivas de sororidade foram fundamentais para suprir a falta de formação adequada à atividade *on-line*.

No artigo que se segue, temos: **Relação entre técnica, ciência e tecnologia: um olhar filosófico de Habermas e Galimberti**, dos pesquisadores Celeste Artica, Sandra Rejane Viana de Almeida e Evandro Ghedin que buscam

compreender as intrincadas relações entre tecnologia e sociedade por meio das perspectivas filosóficas de Umberto Galimberti e Jürgen Habermas. Sob a ótica de Galimberti, os autores investigaram o impacto da tecnologia na *psique*, afirmando que a essência do homem é a tecnologia; por outro lado, identificaram que Habermas concentra seus estudos na participação do cidadão por meio da despolitização em massa, compreendendo a dinâmica social e o papel fundamental das tecnologias. Consideram os autores que além de oferecer uma análise teórica, este trabalho é também um convite a uma profunda reflexão sobre as tecnologias na sociedade contemporânea.

Em **O pensar, sentir e agir de uma professora do Ensino Médio sobre a Educação Inclusiva**, de Marcia Raika e Silva Lima, as autoras analisam os processos de transformação de uma professora frente à necessidade de ajustar procedimentos pedagógicos ao trabalhar com a escolarização de alunos que são Público-alvo da Educação Especial (PAEE) no Ensino Médio. As análises realizadas indicam que os professores de História, ao vivenciar o processo de escolarização de alunos PAEE diante do contexto da Educação Inclusiva, dão novas significações à sua atividade de docência, transformando seu pensar, sentir e agir.

Focando ainda nas necessidades de inclusão de alunos do Ensino Médio, temos o próximo artigo: **Estudantes de ensino médio: representações sociais e perspectivas para com a Escola**, de Laeda Bezerra Machado, que trabalhou na perspectiva de identificar as representações sociais e perspectivas de estudantes para com a escola de Ensino Médio. O estudo envolveu 46 estudantes matriculados em escolas de Ensino Médio do Recife. A autora realça que os resultados sugerem que os alunos gostam das escolas, acreditam que são de boa qualidade, principalmente, pelo ensino que oferecem e pelos professores. No entanto, os alunos consideram que há restrições no que se refere à atuação da gestão e infraestrutura escolar. Ao se referirem às tentativas de reforma do novo Ensino Médio os alunos realçam que há difíceis questões relacionadas à prática curricular. Os resultados indicam ainda que a escola deve estar atenta às necessidades e expectativas dos estudantes, ser acolhedora e garantir aprendizagem. Sinalizam que o poder público deve priorizar a educação da juventude com políticas inclusivas e de qualidade.

O artigo **Transtorno do espectro do autismo: formação docente e práticas inclusivas no contexto escolar**, de Neide Santos e Luana Carramillo, identifica as concepções pedagógicas de docentes de uma escola de Educação Básica de Santos/SP, que atuam com estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O artigo analisa muitas contradições voltadas à formação profissional de

docentes e gestores, e indica que a situação requer uma análise apurada e a reconfiguração dos processos formativos dos profissionais de educação e saúde.

Encerramos a presente edição com um artigo que busca analisar o papel das políticas educacionais no contexto das reformas neoliberais: **Estado e políticas educacionais no contexto das reformas neoliberais: uma análise das teses defendidas nos programas de pós-graduação em Educação**, de Maria Augusta Peixoto Mundim. A autora analisa a complexa e contraditória relação do Estado com a política educacional, uma vez que essa relação possui delineamentos e alcances nem sempre claros, e que deve ser apreendida a partir do seu movimento lógico e histórico. Com o objetivo de privilegiar a produção do conhecimento diretamente ligada às linhas de pesquisas relacionadas ao Estado, à Gestão e às Políticas Educacionais, buscou-se apreender as concepções de Estado presentes nas teses defendidas nos Programas de Pós-graduação conceituados pela Capes com nota cinco e/ou acima de cinco no período de 2006 a 2010. A partir do levantamento realizado foi possível identificar a predominância de estudos sobre a esfera municipal e sobre os processos de municipalização do ensino no Brasil. Esse processo apresentou-se como fundamental no âmbito do movimento de reformas do Estado e que tem incluído a descentralização financeira e a adoção de novos modelos de gestão na administração das instituições públicas.

Encerramos esse volume na perspectiva de que a leitura traga aos leitores um panorama, ainda que abreviado, das possibilidades e potências da tecnologia educacional na prática escolar. No entanto, fica o alerta de que a tecnologia não é uma prática neutra: ela carrega ideologias e possibilidades contraditórias, quer de emancipação, quer de uso acrítico e alienante.

A prática escolar requer sujeitos pensantes e críticos, quer sejam professores, alunos, gestores ou equipe de infraestrutura. A técnica como instrumento de dominação não ajudará a escola a encontrar caminhos da emancipação. Por outro lado, a prática escolar que não incorporar as conquistas culturais e tecnológicas de sua época, também estará alienando e excluindo pessoas da ressignificação do mundo. A tecnologia pode adentrar na prática pedagógica como possibilidade de formação crítica, de prática investigativa e de inclusão e acolhimento de todos os participantes.

Realço ainda que a educação, especialmente a educação escolar, é o instrumento por excelência da humanização dos homens em sua convivência social, uma vez que os sujeitos, imersos em sua prática e impregnados das diversas influências educacionais, estão constantemente participando, interagindo, inter-

vindo no seu próprio contexto cultural, requalificando a civilização, para condições que deveriam ser cada vez mais emancipatórias e humanizantes. Como realça Charlot:

O sujeito se constrói pela apropriação de um patrimônio humano, pela mediação do outro, e a história do sujeito é também a das formas de atividade e de tipos de objetos suscetíveis de satisfazerem o desejo, de produzirem prazer, de fazerem sentido (Charlot, 2005, p. 38).

O pedagógico é, neste sentido, um elemento relacional entre os sujeitos, portanto, o pedagógico é uma construção coletiva, não existe *a priori*, não existe senão na *dialogicidade* dos sujeitos da educação (Franco, 2012).

Esperamos que os artigos aqui elencados possam produzir uma leitura crítica e agradável!

Desejo a todos uma boa leitura.

Maria Amélia Santoro Franco

Editora-chefe

Santos, dezembro de 2023.

Referências

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação de professores e globalização:** questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas Pedagógicas nas múltiplas redes sociais. *In:* LIBÂNEO e ALVES, Nilda. **Doze temas da Pedagogia:** as contribuições do pensamento em Currículo e em Didática. 1 ed. São Paulo: Cortez Editores, 2012, v.1, p. 169-189.